

A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)

A Voz de S. Tomé: The official newspaper of colonial regime (1947-1974)

A Voz de S. Tomé: el periódico oficial del régimen colonial (1947-1974)

Augusto Nascimento*

Resumo: O jornal *A Voz de S. Tomé* surgiu após a II Guerra, mais precisamente em 1947. Nascido da pulsão para a propaganda da obra feita, sujeito a censura, redigido por curiosos, o monolítico *A Voz de S. Tomé* tornou-se o único periódico onde, além de pálidos reflexos da vida local, se estampava uma propaganda cinzenta do regime e da metrópole colonizadora. De permeio, o jornal fornecia uma leitura do mundo a ser adoptada pelos ilhéus e pelos colonos. Não será muito arriscado supor que, na prática, *A Voz de S. Tomé* servia para perpetuar o isolamento. Neste texto sobre o jornal *A Voz de S. Tomé* (1947-1974) apresentar-se-ão contributos quer para a compreensão dos condicionalismos políticos sobre a imprensa, quer para a caracterização do seu papel na configuração do espaço público num território micro-insular, colonizado e sujeito a uma ditadura. Em 1970, as ilhas teriam 73.631 habitantes, dos quais 2.391 brancos. Após 1975, condicionalismos políticos similares pesaram na senda do novel país.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; imprensa; colonialismo.

Abstract: The newspaper *A Voz de S. Tomé* (The Voice of St. Thomas) was created after World War II, more precisely in 1947. Subjected to censorship, written by onlookers, the monolithic *A Voz de S. Tomé* became the only newspaper where, in addition to pale reflections of local life, was stamped a gray propaganda of political regime and colonial power. The newspaper provided a reading of the world to be adopted by the islanders and the settlers. It will not be too risky to assume that in

* Investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa (CH-UL). UID/HIS/04311/2013. É colaborador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Doutor em Sociologia e Agregado em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. <anascimento2000@yahoo.com>.

practice the *A Voz de S. Tomé* served to perpetuate the isolation of archipelago. This text on the newspaper *A Voz de S. Tomé* (1947-1974) aims to present contributions to understand the political constraints on the press and characterize its role in the configuration of a public space in a colonized small island, subjected to a dictatorship, that, in 1970, has 73631 inhabitants, which 2391 were white. After the independence in 1975, similar constraints had conditioned the evolution of press in new country, São Tomé and Prince.

Keywords: São Tomé and Prince; press; colonialism.

Resumen: El periódico *A Voz de S. Tomé* surgió después de la Segunda Guerra Mundial, más precisamente en 1947. Nacido del impulso para el trabajo de propaganda hecho, sujeto a la censura y escrito por curiosos, *A Voz de S. Tomé* se convirtió en el único periódico donde, además de pálido reflejo de la vida local, se estampaba un sistema de propaganda gris y de la metrópoli colonizadora. En el interior, el periódico ofreció una lectura del mundo a ser adoptado por los isleños y los colonos. No va a ser demasiado arriesgado suponer que, en la práctica *A Voz de S. Tomé* sirvió para perpetuar el aislamiento. Este texto sobre el periódico *A Voz de S. Tomé* (1947-1974) presentará contribuciones tanto a la comprensión de las restricciones políticas sobre la prensa y para la caracterización de su papel en la configuración del espacio público en un territorio micro-isla, colonizado y sujeto a una dictadura. En 1970, las islas tenían 73.631 habitantes, de los cuales 2.391 blancos. Después de 1975 las restricciones políticas similares pesaron en el camino del nuevo país.

Palabras clave: Santo Tomé y Príncipe; prensa; colonialismo.

Situado no Golfo da Guiné, São Tomé e Príncipe era um arquipélago recolonizado pelos portugueses em meados do século XIX. Espaço insular, possuía não só terras férteis, mas também oferecia enormes possibilidades de usura de mão-de-obra africana, que se via sem as escapatórias, que, malgrado a escravização, detinha no continente. O café, oriundo do Brasil, motivou a constituição de grandes fazendas, localmente denominadas *roças*, onde trabalharam escravos e libertos e, depois da emancipação em 1875, quase exclusivamente serviçais, ou *contratados*, das demais colónias portuguesas. Citando a ímpar obra colonizadora levada a cabo em São Tomé e Príncipe – a transformação de terras em pousio havia décadas ou séculos em produtoras de café e, subsequentemente, de cacau, por via da usura extrema da mão-de-obra africana – os fazendeiros ou *roceiros* lograram convencer a metrópole de que o arquipélago era uma colónia, não de povoamento, mas uma colónia-plantação. Esta aparentemente anódina caracterização teria um vasto alcance económico, social e político. Relacionada com a remessa dos lucros para a metrópole e com a ideia da extroversão económica

assente na agricultura intensiva como um destino natural e inescapável para o exíguo arquipélago, impôs-se a ideia da despicienda acumulação interna, dos supérfluos gastos de soberania, aliás, assegurada pela hegemonia das roças. Enraizou-se também a convicção do desperdício da promoção social dos nativos, cujo desaparecimento, à luz dos preconceitos racistas, alguns europeus chegaram a vaticinar. Por fim, impôs-se a ideia do desinteresse na prestação de colonos que não estivessem sujeitos às roças, assim como a da inviabilidade de qualquer vida social e política no meio local. A cidade de São Tomé deveria cingir-se a um ponto de passagem das exportações e das importações das roças.

Proclamada em tempo de crescendo do racismo, a República (1910-1926) ainda possibilitou a expressão política dos colonizados, facilitando a emergência da imprensa nas várias colónias¹. Mas, concomitantemente com o crescendo do racismo, a emergência das soluções políticas autoritárias laboraria no sentido da supressão da atividade política nas colónias e, sobretudo, da dos colonizados. Os ilhéus viram boicotada a sua imprensa, enquanto a dos colonos, amiúde ligada a projetos pessoais, se tornava contingente. A qualquer bulício social e político – traduzível, por exemplo, na reivindicação de qualquer amenidade pública – os roceiros preferiam o silêncio que não questionasse a dicotomia prevalecente nas roças, ao mesmo tempo em que as isentava de contribuir para o progresso material da terra. Por isso, os roceiros foram sempre avessos à publicação de jornais nas ilhas. Recusando-se a trabalhar nas roças, os ilhéus não pereceram, mas empobreceram. Também por isso, tornaram-se o grupo sobre o qual recaía o ónus das dificuldades experimentadas nas roças, entre elas, a da falta de mão-de-obra, quando, afinal, eram os roceiros os interessados na importação de mão-de-obra serviçal.

A hegemonia dos roceiros ganhou novo fôlego com a queda da República, substituída pela Ditadura e, subseqüentemente, pelo Estado Novo. Sem rodeios, este cerceou as liberdades políticas, depreciou ainda mais os colonizados e, até aos anos 40, favoreceu de forma quase irrestrita os roceiros, fazendo recair sobre os serviçais os efeitos da crise económica dos anos 30, diminuindo-lhe os salários e prorrogando-lhes os contratos. O empobrecimento devido às repercussões da crise econômica

¹ Para propósitos comparativos, acerca da imprensa publicada em Cabo Verde, ver Oliveira (1998). Para uma visão de conjunto sobre a imprensa em São Tomé e Príncipe, ver Gonçalves (1965, p.165-376). Para uma visão sintética da conflitualidade política na era republicana (1910-1926) entre ilhéus e colonos ver Nascimento (2005).

mundial e o enquistamento da feição ditatorial do colonialismo nas décadas seguintes cercearam a vitalidade do espaço público.

Em 1950, a população rondava os 60.000 habitantes, entre os quais se terão arrolado 1.152 europeus². Em 1970, as ilhas teriam 73.631 habitantes, dos quais 2.391 brancos³, muitos deles dispersos pelas roças e, tal como a esmagadora maioria da população, despolitizados, embalados pela serôdia convicção de uma superioridade racial que, a seu ver, confirmada quotidianamente, inequivocamente pautaria o mundo. Adiante-se, após a independência, em 1975, ainda que de conteúdo político aparentemente diverso, constrangimentos similares pesaram na senda do novel país.

Recuemos à primeira metade da década de 1930, época em que a Ditadura triunfante em 28 de Maio de 1926 se constitucionaliza no Estado Novo chefiado por Salazar. Em São Tomé, por esses anos, *O Trabalho*, jornal da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura, uma agremiação de assalariados europeus, findou a sua publicação⁴. Depois de revertida a sedição de 1931, levada a cabo por funcionários europeus em protesto contra os cortes da despesa pública geradores de desemprego⁵, em 1935, decapitou-se a última organização política dos ilhéus, o Partido Nacional Africano⁶. Tacitamente apoiado na cristalização da ordem imperial no mundo, que, na década de 1930, parecia eterna, o Estado Novo rejeitava qualquer concertação política com os ilhéus e, até, com os colonos, protegendo apenas os interesses dos roceiros. Nessa década, as autoridades coloniais quase se dispensaram de alardear as construções ideológicas do *império* e da *mística imperial*⁷ no exíguo território insular⁸. Por um lado, os europeus estavam dispersos e sujeitos aos ditames das roças. Por outro, os ilhéus, politicamente

² Conforme censo deste ano, ver Oliveira (1993, p. 101).

³ *Anuário Estatístico 1973*, 1973 (S. Tomé: Instituto Nacional de Estatística. Delegação de S. Tomé e Príncipe, 1973. p. 9 e 26.

⁴ Em Maio de 1934, *O Trabalho* deu conta de que se lhe vinham apondo dificuldades, certamente políticas. Sem esclarecer, dizia que, ao tempo não era fácil a publicação de um jornal que lutasse pelo interesse geral e pelo interesse particular dos oprimidos. Por isso, decidiu suspender temporariamente a publicação, *O Trabalho*, n. 47, 20 de maio de 1934, p. 2.

⁵ Contra as medidas de contração financeira e o conseqüente desemprego, oficiais e funcionários europeus obrigaram o governador a embarcar num vapor para Lisboa; porém, este retornou, suportado por meios navais enviados por Lisboa, ver Nascimento (1998, p. 36-43).

⁶ Em 1935, alguns ilhéus militantes deste partido organizaram manifestações de ilhéus contra o acréscimo de tributação decretado pelo governador. Este mandou prender aqueles ilhéus e, de um só golpe policial, acabou com o PNA e com a contestação social; ver Nascimento (2005).

⁷ Ver Garcia (2011, p. 102).

⁸ Tais motes de propaganda tinham curso na metrópole, onde, a par de uma imprensa devotada à criação de uma mentalidade colonial, se promoveram, em 1934, a Exposição Colonial do Porto e, em 1940, a do Mundo Português, em Lisboa, a qual compreendia uma seção colonial.

destroçados, foram objeto de um velado, mas operante, racismo. O associativismo cultural acabou por ser preterido pelo associativismo desportivo, com que, grosso modo, se replicavam os clubes existentes na metrópole⁹. A par disso, as visitas presidenciais de 1938 e 1939 pareciam bastar para consolidar o vínculo colonial, efeito para que a imprensa se afigurou despidianda. Por esses anos, só se publicaram números únicos, comemorativos e laudatórios dos governantes¹⁰. Alguns ilhéus, poucos anos antes combativos, renderam-se à ordem imperial que parecia tornar-se um pilar do mundo para o horizonte temporal concebível. Aquando do advento da Guerra, mais do que noutras colónias, a ordem política afigurava-se imperturbável e o acatamento da autoridade incontestado.

Parecendo ter deixado as colónias da África subsaariana intocadas, a II Guerra traria, todavia, uma mudança de paradigmas relativos à ordem colonial. Se a clivagem entre os blocos socialista e capitalista ainda relativizou por algum tempo o imperativo do fim do colonialismo, a verdade é que a liberdade das nações já não se podia restringir à Europa e chegaria à África, relativamente à qual as potências europeias pensavam ainda dispor de algum tempo em razão do aparentemente abissal atraso civilizacional das sociedades africanas por comparação com as asiáticas. Para lá desta avaliação equivocada, após a II Guerra, mesmo se formulações como *império* e *mística imperial* quedaram inapropriadas, nem por isso Portugal prescindiria da tentativa de apresentar as colónias como partes do todo lusitano uno e indissolúvel, tal o esforço estrénuo dos governantes portugueses nos anos seguintes nos *fora* internacionais para manter o *status quo* colonial intocado.

Criado após a II Guerra, quando se tentava alterar a feição da política colonial no arquipélago – o que surgia como uma novidade era citado como o resultado da preclara ação de governantes que aplicavam princípios políticos de sempre, antes apenas inobservados por imperativos de circunstância –, o jornal *A Voz de S. Tomé* não precisou alterar referentes simbólicos ou lemas ideológicos. Ainda assim, nos derradeiros anos, o jornal mudaria conteúdos e grafismo, introduzindo

⁹ Em meados dos anos 30, existia em São Tomé uma associação denominada Grémio Africano, que alguns ilhéus quiseram substituir por uma Associação Recreativa de S. Tomé. Porém, por força até das dificuldades económicas, estas associações tinham uma atividade irregular. O governador Vaz Monteiro que decepara o Partido Nacional Africano e que desconfiava dos intentos de promoção da elevação cultural, incentivou a criação de clubes de futebol, entre eles, o Sporting de S. Tomé e o S. Tomé e Benfica, que emulavam os da capital do império, ver Nascimento (2013).

¹⁰ Por exemplo, a 17 de Dezembro de 1939, publicou-se um número único de *A Voz de S. Tomé*, uma iniciativa do Sporting Club de S. Tomé por ocasião do sexto aniversário da governação de Ricardo Vaz Monteiro.

a cor na primeira página. Visando a sagração do regime, durante anos as notícias respeitaram a celebração da história-pátria. No ocaso do colonialismo, a religião cederia o passo aos itens da modernidade, como o desporto, na circunstância, o futebol jogado na terra. E a isto parecia resumir-se a vida coletiva no arquipélago.

Nem o suporte governamental bastava para assegurar a publicação regular. Indício do voluntarismo do empreendimento, o jornal cessou a publicação em 1950, que só retomou a 1 de Fevereiro de 1952, depois de mais de um ano de paragem e da publicação de apenas um número em 1951, dedicado à visita de Gilberto Freyre ao arquipélago em finais desse ano. Tendo começado como quinzenário, acabou como semanário.

Acerca da vida local, todos podiam saber mais do que o jornal dizia. Porém, quase só através deste podiam conhecer, ou intuir, o curso do mundo. Não havia quem falasse competentemente das ocorrências mundiais, como não existiam nem se criavam demandas sociais compagináveis com a evolução do tempo. Para além de transcrever discursos das autoridades, o jornal sublinhava eventos locais como, por exemplo, manifestações de desagravo relativamente às posições da oposição democrática sobre o ultramar ou sessões de propaganda do regime aquando dos atos eleitorais.

Em todo o caso, o desafio político ao colonialismo provinha do exterior e o jornal servia para filtrar notícias e decantar uma leitura do mundo favorável à soberania colonial portuguesa. No primeiro número, sob a epígrafe “O que somos e o que queremos”, lia-se que as ideias professadas eram “caracteristicamente nossas” e, em jeito de lição, lembrava-se o lastro pesado da importação de experiências estranhas¹¹. Ao invés do que se imediatamente imagina quando se pensa num jornal, *A Voz de S. Tomé* serviu para perpetuar o isolamento ou, talvez, uma autarcia de pensamento face ao mundo, o qual não evoluía conformemente às pretensões dos governantes. Tal resultava da contenção política, mas igualmente da carência de meios materiais e de massa crítica. Os redatores eram indivíduos curiosos, voluntariosos, que se prestavam a escrever opiniões sobre o que se passava na terra enquanto ali viviam. E, sem sombra de inquietação, o imobilismo social no arquipélago sugeria-lhes juízos acerca do mundo, que, afinal, melhor andaria se copiasse a ordem natural cristalizada no arquipélago.

¹¹ *A Voz de S. Tomé*, n. 1, 16 de julho de 1947, p. 1.

Romper com a modorra...

A 16 de Julho de 1947 publicou-se o primeiro número de *A Voz de S. Tomé*, inicialmente um quinzenário dito cultural, noticioso e literário. Propriedade da delegação da União Nacional de S. Tomé¹², o jornal era dirigido pelo padre Martinho Pinto da Rocha. Durante dois anos foi o único jornal da colónia. Mesmo depois, nem a folha católica *Luz do Evangelho*, nem o *Equador*, mensário da Mocidade Portuguesa, ombreariam com *A Voz de S. Tomé*. Monolítico e visado pela censura, tornar-se-ia o periódico onde, além dos ecos da vida local, se estampava a propaganda pardacenta do regime – patente na cobertura das arrastadas comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, comemorações das quais os ilhéus se alhearam – e da metrópole. Sinteticamente, enquanto instrumento de propaganda, o jornal revelar-se-ia cinzento, tal qual a contida propaganda do regime e do colonialismo assente na sacralização da missão colonizadora dos portugueses.

Apesar de o padre Rocha ser tido por fundador do jornal¹³, afirmar-se-á, sem risco de erro, que foi, não apenas com a anuência, mas até por decisão do famigerado governador Gorgulho¹⁴ que surgiu *A Voz de S. Tomé*. Num quadro social imobilista, pouco se fazia sem o impulso de governadores. Nem a delegação da União Nacional fazia política, antes se resumiria ao grupo dos que, tanto por convicção quanto por inércia, se diziam seguidores de Salazar. Chegado ao arquipélago em Abril de 1945, Gorgulho constatara a falta de tudo, assinalando, todavia, o conformismo dos europeus com a mesmice do dia-a-dia.

Em época de mudanças, o jornal nasceu para a propaganda, não forçosamente das políticas do governo central, mas das intenções do governador, da bondade das alterações por ele induzidas nas roças, com

¹² Noutro trabalho valerá a pena indagar os reflexos locais das nuances da evolução política na metrópole e, concretamente, na União Nacional, mas não é crível que se refletissem decisivamente na orientação do jornal. Mais do que atender a sutis mudanças na União Nacional – o partido único criado suportar o regime salazarista –, o jornal já se debatia para sequer conseguir expor uma doutrina perante as mudanças no mundo.

¹³ *A Voz de S. Tomé*, n. 209, 4 de agosto de 1955, p. 2.

¹⁴ Carlos de Sousa Gorgulho foi nomeado governador do arquipélago em 1945. Propôs-se alterar a vida nas ilhas, reanimando a cidade e afrontando os poderosos roceiros, o que inicialmente lhe granjeou o apoio dos são-tomenses. Apesar de ter determinado aumentos de salário dos serviçais, não conseguiu afetar o essencial do poder dos roceiros. A sua política voluntarista de obras públicas desembocou na arregimentação discricionária de ilhéus, equiparável à sujeição dos serviçais. Em fevereiro de 1953, a tensão levou aos desmandos das autoridades contra os ilhéus, eventos conhecidos por *massacre de Batepá*, na sequência dos quais Gorgulho seria discretamente apeado do cargo de governador.

que Gorgulho julgava poder atrair os ilhéus a um putativo mercado de trabalho local¹⁵. Na propaganda da sua ação governativa, Gorgulho fez noticiar medidas como o aumento dos salários dos serviçais. A Gorgulho não bastava que a costumada reverência fizesse respeitar a figura do governador. Mais do que fomentar a adesão ao regime, Gorgulho procurou amplificar o eco das suas realizações para concitar a adesão popular à sua figura, a personificação de Portugal. Durante anos, o jornal foi um instrumento laudatório das medidas do governador. Mais do que captação de adeptos para o regime colonial ou para o Estado Novo, o jornal revelou-se um instrumento de propaganda do governador, noticiando as sucessivas manifestações de homenagem da população à sua figura, manifestações que, naquele contexto de pobreza e populismo, nem sequer demandariam a arregimentação das pessoas.

Na hora de afrontar os roceiros, ensaiando subtrair-lhes o ascendente sobre a mão-de-obra serviçal importada doutras colónias, o governador Gorgulho terá ponderado as vantagens de ter um órgão de comunicação que rompesse o silêncio que protegia os interesses e a hegemonia dos todo-poderosos roceiros. Para Gorgulho, um jornal ajudaria a criar um ambiente local favorável às suas metas, que passavam, igualmente, pela luta contra os mixordeiros, tal, a dado passo, a adjectivação depreciativa dos interessados na prossecução do fabrico de aguardente, entre os quais se contariam alguns roceiros¹⁶. Era um passo de uma guerra mais ampla que o governador julgava poder ganhar aos roceiros. O jornal não bastou, terá sido até de pouca utilidade. Mas, constituindo um índice de progresso e o único meio de propaganda possível, continuou sem que

¹⁵ A intenção seria a de compaginar a prestação de trabalho nas roças com a lei, de forma a atrair os ilhéus ao mercado de trabalho. Por isso, o jornal defendeu que, depois de limadas algumas arestas, as críticas que noutras colónias se faziam ao trabalho nas roças perderiam todo o fundamento (*A Voz de S. Tomé*, n. 1, 16 de outubro de 1948, p. 4). A melhoria das condições dos serviçais não ia necessariamente contra o interesse vital dos roceiros, mas era assim que estes entendiam qualquer medida que entendiam como um desafio ao seu poder, por inércia tornado quase irrestrito.

¹⁶ Por exemplo, *A Voz de S. Tomé*, n. 18, 1 de abril de 1948, p. 3. Ao desafiar os ditos mixordeiros para defenderem abertamente a sua posição nas páginas do jornal em vez de moverem influências em Lisboa, o jornal estava a concitar a adesão popular, incluindo dos colonizados, ao governador. O jornal instituiu-se como plataforma da verdade e boa-fé, quando, na realidade, era impossível confirmar as alusões a manobras dos roceiros interessados no fabrico de aguardente, bem como muitas outras notícias. Nestas circunstâncias, não era possível a defesa pública do tão vituperado fabrico de aguardente nas páginas do jornal. A título de hipótese, diríamos que a demanda da crença na veracidade das notícias do jornal acerca do mundo assentava, por exemplo, no relato de eventos que todos podiam ter presenciado e sabiam ter ocorrido, como a passagem da imagem de N.ª S.ª de Fátima, alvo de uma grandiosa manifestação de devoção (ver *A Voz de S. Tomé*, n. 26, 1 de agosto de 1948, p. 1 e 4). Naquele contexto social e culturalmente limitado, em que a passagem da imagem de N.ª S.ª de Fátima tinha enorme centralidade, não seria difícil suscitar a credibilidade acerca do que, sendo relatado, era distante e, por isso, secundário.

nele aflorasse uma controvérsia ou um rasgo de opinião minimamente dissonante do discurso do regime.

... vincando o cinzentismo?

Em meados do século XX, sufocada pela sacralização do trabalho numa terra dominada pelas roças ou plantações, a vida cultural e associativa na colônia era paupérrima¹⁷. Tendo em conta a exiguidade social, a escassa pluralidade de interesses e o atrofiamento da vida coletiva pela hegemonia das roças, será difícil responder a questões como, por exemplo, a quem chegava *A Voz de S. Tomé*¹⁸. Sabemos que era entregue aos assinantes e posto à venda na Barbearia Moderna, no centro da cidade, mas não mais do que isso. As dificuldades do jornal advinham de várias circunstâncias adversas, entre elas, o baixo nível cultural dos colonos, a fraca interlocução cultural local e a pouca identificação dos colonos com a terra onde estavam de passagem, porquanto o exíguo arquipélago, sem dinâmica de acumulação interna nem diversidade social, continuava a não ser uma colônia de povoamento. Outra questão de difícil resposta: que comportamentos o jornal lograva induzir? Apesar de ser um instrumento político, sua circulação e relevância social deviam quedar-se muito aquém da dos jornais do final da Monarquia e da República, quando em torno deles se mobilizavam grupos e ideias para lutas políticas. Ora, sob o Estado Novo, na impossibilidade de competição política, a utilidade de um jornal quedava amputada.

Em todo o caso, numa colônia onde não existia televisão¹⁹ e a radiodifusão conhecia limites²⁰, enquanto único jornal de amplo espectro temático, *A Voz de S. Tomé* não podia deixar de perorar sobre mudanças por que passava o mundo, devendo, para esse efeito, ir-se refazendo em termos de imagem e de conteúdo. Todavia, faltavam pertinácia e consequência de propósitos, em parte por escassez de meios humanos.

Tanto pela errância e inconsequência de propósitos, quanto pelas alterações sub-reptícias com que se tentava ajustar o tom às inflexões

¹⁷ Em meados de novecentos, só existia, pobre e dependente do governo, o eclético associativismo desportivo, ver Gorgulho (1946, p. 114-115).

¹⁸ Lembre-se que, mesmo entre os colonos, o analfabetismo era elevado. Idem, p. 113.

¹⁹ A televisão apareceu timidamente quando, em 1970, se criou a telescola. Em 1972, o concurso da *miss* São Tomé e Príncipe foi transmitido em circuito fechado no Parque Popular. Em 1971, a alunagem da Apolo 14 fora vista em circuito fechado de televisão.

²⁰ No final de 1973, estavam registrados 2.587 aparelhos receptores, ver *Anuário Estatístico* (1973, p. 83).

da política colonial desenhadas na metrópole, torna-se muito difícil traçar uma visão sintética que não peque por redutora. Uma síntese possível será a de que numa sociedade espartilhada pelas roças e sem interesses próprios, com pouca capacidade de emulação e recriação das novidades do mundo²¹, o impacto do jornal foi mínimo, em congruência com o ambiente cultural rarefeito, o que, veremos, também acarretaria implicações políticas após a independência.

Mais do que expressão do pensamento de um corpo redatorial, que poderá nunca ter existido como tal, o jornal era, sobretudo, o eco do desígnio do chefe ou, com maior precisão, de cada governador. No quadro da rigidez do regime, o jornal obedeceria, por um lado, aos propósitos ou à idiosincrasia dos governadores, por outro, ensaiaria responder às demandas da conjuntura cada vez mais desfavorável ao colonialismo. Sobrava um exercício difícil, típico dos regimes ditatoriais, o de compor uma coerência de percurso, dessa forma se mascarando as tentativas de adaptação política a que, em virtude da crescente pressão internacional anticolonialista, o regime se obrigava. No dizer dos arautos do regime, apesar da natural adaptação às circunstâncias do mundo, as linhas de orientação política seriam as mesmas de sempre, apenas interpretadas de forma diferente pelos sucessivos governadores. Naquele contexto ditatorial, a irrefutável coerência da ação política tornava o regime, se não no único, pelo menos num garante da paz social que beneficiava colonos, ilhéus e serviçais, a dado passo, todos considerados portugueses sem distinção de raça ou religião. O jornal foi repetindo estes motes políticos, que deviam ter cada vez menos acolhimento.

Só praticamente no (impensado) fim do colonialismo, o jornal pareceu despertar para a valia política da mundanidade. Nos anos 60 circulavam em São Tomé revistas da metrópole – por exemplo, *Vida Mundial* – ou de Angola – caso da *Semana Ilustrada* –, incomparavelmente mais apelativas, não só pelo grafismo como pela abordagem menos convencional de temas mundanos e algo mais aberta de matérias políticas, abordagem que *A Voz de S. Tomé* nunca conseguiu sequer imitar²².

²¹ Os serões para trabalhadores das roças em finais da década de 1950 mereceram reportagens no jornal. Tratava-se de mostrar a amenidade das condições de vida nas roças. Também se reportaram peças de teatro de autoria de ilhéus, satíricas de costumes locais, levadas à cena no cinema da cidade.

²² Uma semana antes do 25 de abril, o jornal reproduziu as interpelações de *A Semana Ilustrada*, por exemplo, “Quem está a servir-se de S. Tomé?” Tratava-se de um ataque às roças pelo nulo investimento no progresso das ilhas. Perguntava-se, por exemplo, porque é que as ilhas não eram terra de fixação, cf. *A Voz de S. Tomé*, n. 1129, 16 de abril de 1974, p. 1, 3 e 4.

Mais do que informar²³, o jornal tentava doutrinar, se bem que tal propósito tenha sido prejudicado pela falta de massa crítica e, noutra plano, pela marginalidade de muitos ilhéus e dos serviçais, a quem interessariam pouco ou mesmo nada as ininteligíveis lucubrações acerca de um mundo de que se sentiam apartados. Nalguma medida cingida à terra, *A Voz de S. Tomé* seria, se tanto, uma voz ponderada nas conversas à boca pequena presumidamente ocorridas nas ruas ou paredes adentro. Ao mesmo tempo em que replicava as assimetrias sociais e as lógicas de exclusão colonialista, a que poucos ilhéus escapavam, a espaços o jornal poderá ter sido uma espécie de montra de notoriedade na sociedade local. Decerto, alguns ilhéus apreciariam ser mencionados nas páginas do jornal, tal qual o eram alguns colonos e, evidentemente, os governantes. E tal constituiu um método de reparação, por exemplo, das vítimas dos desmandos de 1953²⁴. Para os ilhéus, figurar no jornal traduzia respeitabilidade e distinção social.

A aspiração à integração dos ilhéus na pertença lusa levou a compagnar letras dissonantes, como as de Alda do Espírito Santo, de exaltação dos *negros* e de África – “O negro vive e sente como nenhum povo de outra raça. Não é inferior”²⁵ –, ecos dos lemas da valorização da *raça negra* dos primórdios de novecentos. Publicou-se igualmente um conto, “... E partiu”, de Onésimo Silveira, no qual a emigração de cabo-verdianos para São Tomé, apresentada como uma tragédia, também não deixava de ser uma escapatória para a maldição da terra cabo-verdiana²⁶. Diga-se, tais textos foram raros e o seu sentido político, além de ambivalente, seria inalcançado, desde logo pela presumida impossibilidade de outro destino para as ilhas que não a soberania portuguesa. Tal era a mensagem subliminar da publicação da conferência sobre questões agrícolas proferida, no âmbito da *Semana do Ultramar*, pelo engenheiro Salustino Graça²⁷, a quem, à boca pequena, se imputariam ambições independentistas. De alguma

²³ Comentou-se que incredulamente não se dera ao jornal a oportunidade de acompanhar de perto os trabalhos da Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, tendo apenas podido publicar o discurso de encerramento de António de Almeida e, bem assim, as conclusões e as recomendações do evento (*A Voz de S. Tomé*, n. 256, 8 de setembro de 1956, p. 4 e n. 259, 6 de outubro de 1956, p. 1-4). À margem do lamento inócuo, a interdição espelhava os constrangimentos à construção de um espaço público e, bem assim, a impossibilidade de discussão dos destinos da terra.

²⁴ Por si só, a prestação do jornal antes, durante e depois dos desmandos de 1953 mereceria uma análise sobre a manipulação das notícias e, mais relevante, os silêncios acerca dos eventos, narrados a medo.

²⁵ *A Voz de S. Tomé*, n. 13, 16 de janeiro de 1948, p. 1 e 3.

²⁶ *A Voz de S. Tomé*, n. 249, 30 de junho de 1956, p. 3.

²⁷ *A Voz de S. Tomé*, n. 294, 24 de julho de 1957, p. 2.

forma, tal significava um reconhecimento da distinção social desse ilhéu, mas, simultaneamente, provava-se a sua aceitação, conformada que fosse, da situação colonial, que, de resto, o regime dizia não existir. Aliás, a colaboração de uma figura grada da terra com o jornal parecia comprovar a inexequibilidade dos anseios à independência de alguns ilhéus. Na impossibilidade de luta contra o colonialismo, essa elite, que alimentaria em surdina sonhos independentistas herdados dos progenitores envolvidos nas liças de inícios de novecentos, fincava-se na afirmação da sua distinção social e da diferenciação cultural face aos demais ilhéus. Por outras palavras, tal elite, pretendendo afirmar-se no cotejo com os colonos, acabava apartada dos próprios conterrâneos e, por maioria de razão, dos serviçais.

Religião e desporto, itens de uma (prudente) orientação da vida social

Durante anos, a par dos discursos de governantes, um dos tópicos noticiosos respeitava aos eventos religiosos. Aliás, atente-se na polissemia de *A Voz de S. Tomé*, cuja conotação religiosa seria como que um garante adicional de veracidade do que se escrevia no jornal. Ambiguamente, *A Voz de S. Tomé* compôs um discurso político que, no ocaso do colonialismo, quis ser mundano, apesar da dificuldade em lidar com a mundanidade, sem a qual, todavia, a mensagem política perdia atratividade.

Nos anos 60, o enfoque na religião perdeu parcialmente para a tónica no desporto. Do irregular desempenho do jornal, destaque-se a função de porta-voz dos tutelados órgãos oficiosos, do Conselho Legislativo à Associação Provincial de Futebol. Por exemplo, ao longo de 1968, a par do inconstante acompanhamento dos jogos, também se publicitavam as classificações e as deliberações da Associação Provincial de Futebol sobre a competição futebolística local.

Sinal da inconsequência de propósitos, o aproveitamento da prestação da seleção portuguesa no Mundial de 1966 revelou-se paupérrimo, para não dizer inexistente. Em Julho, em meia dúzia de linhas, sumariou-se o percurso de Portugal no torneio²⁸. Afora o hiato temporal, foi manifesto o desinteresse ou a incapacidade em promover a afeição política dos ilhéus à metrópole colonizadora através do futebol, na circunstância, da seleção multirracial de 1966, o que, presumidamente, tinha mais a

²⁸ *A Voz de S. Tomé*, n. 749, 30 de julho de 1966, p. 4.

ver com o ambiente da terra ou a inépcia no jornal do que com qualquer reserva aos ventos de exaltação da seleção de Eusébio e Coluna soprados da metrópole.

Nos derradeiros anos do colonialismo, o jornal publicou notícias do desporto local, mormente crônicas de jogos e entrevistas com personagens desportivas, assim como notícias do futebol da metrópole e, ocasionalmente, do estrangeiro. Graças à colaboração, a troco de quase nada, de jovens estudantes liceais, pomposamente denominados “Grupo Académico”, em Fevereiro de 1971 o jornal passou a publicar-se às terças-feiras para ter uma página desportiva mais atualizada²⁹, incluindo matéria relevante dos jogos do domingo anterior, designadamente da metrópole, que passaram a merecer pequenas crônicas. Ao tempo, o desporto firmara a sua importância, preenchendo espaços e tempos da sociabilidade local, a que o jornal tentava corresponder. Em síntese, apesar de detonador de paixões e, daí, de conflitos, que importava prevenir ou conter, o desporto constituía a única matéria acerca da qual se exaltava a dissonância de opiniões fortalecedora da interlocução inter-racial. Também por isso, foi substituindo a religião no preenchimento das páginas do jornal³⁰.

Sem ambiente local propício, falho de meios e de competência para ombrear com o mundanismo de outras publicações – compare-se a aposta na manipulação do desejo nas capas da revista angolana *Semana Ilustrada* com a incapacidade de promover um segundo concurso da *miss* São Tomé e Príncipe já nos anos 70 –, o jornal não podia deixar de existir, conquanto mantê-lo fosse um problema para os voluntariosos redatores, desde logo por nem sequer poderem discutir as mudanças sociais a dado passo insinuadas nas ruas. O tom sobre essas mudanças ou, mais concretamente, sobre os costumes, nos quais se intuiria um desafio político, revelava-se serodidamente moralista. A somar ao acatamento das hierarquias, induzido quer por contextos familiares e institucionais, quer por rotinas que disciplinavam corpos e as almas, o jornal perfilava-se como um mecanismo supletivo de codificação de comportamentos no espaço público. Num contexto social contido pela ditadura e pelo imobilismo, o jornal debatia-se perante as novidades do mundo que forçavam a entrada nas ilhas através da conduta de alguns jovens, em vão censurados no jornal. Ademais, a prontidão com que nele se reafirmavam normas de conduta era proporcional à vacuidade

²⁹ *A Voz de S. Tomé*, n. 979, 6 de fevereiro de 1971, p. 6.

³⁰ Acerca da evolução do desporto no arquipélago no tempo colonial, ver Nascimento (2013).

dos apelos à observância das conveniências sociais, entre elas, a da remoção dos pedintes ou a do respeito pelo decoro contra o nudismo, decerto, da garotada local.

Da contrafação da verdade à abordagem moralista da política

Para coadjuvar no aconselhamento das condutas em prol da boa ordem, o jornal tornou-se instrumento da contrafação da verdade. Deixando de lado a conveniente opacidade sobre os trágicos acontecimentos de 1953, foquemos eventos locais a que exiguidade da terra e as barreiras sociais conferiam realce. Em 1958, o suicídio do roceiro Amorim – um facto perturbador quer por pecaminoso e contrário à moral, quer pelo que indiciava de um indizível fim de um mundo – motivou um exemplo dessa contrafação da verdade e do controlo dos sentimentos. Segundo o jornal, causara profunda desolação o súbito falecimento de Humberto Amorim, administrador das roças da Companhia Agrícola Ultramarina. Amorim trabalhara na ilha mais de trinta e cinco anos, gozando de elevado prestígio nos meios social e económico. O enterro tivera numeroso acompanhamento, registando-se consternação geral³¹. Ora, não só se omitia o suicídio, como também que este se devera a uma sentença judicial condenatória que o roceiro tinha por inconciliável com o seu estatuto de mandante na ilha.

A comedida notícia relativa ao passamento de Amorim contrastava com a da morte de Bráulio Esteves, administrador da roça Porto Alegre, especificava-se, barbaramente assassinado à facada³². Neste caso, a par de idêntico silêncio sobre as causas, procurava-se suscitar uma comoção social condenatória da violação das barreiras sociais e raciais perpetrada por um serviçal. Pretendendo referir-se a sentimentos universais, o jornal apenas cuidava da dor de europeus.

Ainda assim, a abordagem da política pautava-se por um registo passível de acolhimento pelos ilhéus. A propósito de uma (alegada) dúvida acerca da inclusão de Eusébio, único jogador de cor, numa seleção europeia³³, imputava-se o racismo a estrangeiros, com o que se o negava na colónia e, presumidamente, em todo o espaço português. Aqui, e para o regime que após a II Guerra trocara o eugenismo e o racismo dos anos 30 pelo luso-tropicalismo, as diferenças decorriam

³¹ *A Voz de S. Tomé*, n. 342, 6 de setembro de 1958, p. 4.

³² *A Voz de S. Tomé*, n. 400, 17 de outubro de 1959, p. 4.

³³ *A Voz de S. Tomé*, n. 640, 30 de maio de 1964, p. 7.

do lugar natural de pessoas e grupos. Esta constatação bastava para cortar cerce qualquer inquietação acerca do futuro, tanto mais que a isso ajudava a condição arquipelágica e a memória do imobilismo social e político.

Ora, a guerra de libertação (na metrópole, chamada guerra colonial) chegou sem aviso³⁴, suscitando o clamor indignado do propalado portuguesismo dos habitantes do arquipélago, colonos e nativos³⁵. Em tempo de guerra contra os “terroristas”, uma propaganda eficaz podia ser, não a dos sucessos no restabelecimento da ordem perturbada pelos “terroristas”, mas a respeitante a universos com que são-tomenses mantinham contatos, mesmo se indiretamente. Por exemplo, não só se aludia à guerra do Biafra – pretexto para o socorro a esqueléticas crianças africanas –, como se destilava propaganda verrinosa acerca da Guiné Equatorial, independente em 1968³⁶. Não é inapropriado concluir que, sem necessidade de recurso a proposições explicitamente racistas, se passava a mensagem de que, entregue a si mesma, África se precipitava num caminho de retrocesso, se não mesmo de barbárie³⁷. Por outras palavras, aduziam-se argumentos para uma tutelada interação de rua, da qual se esperava que todos, mormente os ilhéus, concluíssem pela fortuna de terem nascido portugueses³⁸. Num certo sentido, encareciam-se os ganhos de uma vida previsível.

Escorada na contrafação da verdade, a unanimidade de opiniões era perseguida pela adoção de um tom moralista. A subversão e o

³⁴ A 28 de Janeiro de 1961, no número em que se condenava o assalto ao paquete *Santa Maria (A Voz de S. Tomé*, n. 466, 28 de janeiro de 1961, p. 1), sentenciava-se que a calma em Angola e Moçambique perturbava os chefes da chamada libertação (*A Voz de S. Tomé*, n. 466, 28 de janeiro de 1961, p. 3). Estava-se a dias do 4 de fevereiro em Luanda. A guerra faria esquecer tal desacerto e, num primeiro momento, os levantamentos em Angola pareciam escorar a argumentação portuguesa de ataques perpetrados por terroristas a soldo de interesses estrangeiros.

³⁵ Induzido por constrangimentos da intensa interação pessoal num universo exíguo, esse portuguesismo já fora expresso, por exemplo, nas manifestações de apoio ao governo a propósito dos diferendos com a Índia.

³⁶ Sem esquecer o emblemático caso do Congo belga. Entre outros, os conflitos no Congo seriam usados para sedimentar a ideia de que a entrega dos territórios coloniais aos líderes independentistas só traria a desordem e a barbárie.

³⁷ Conquanto o jornal não tivesse sido criado para tal fim, a verdade é que se veio a revelar útil na divulgação de tais opiniões que, se não convenciam, de alguma forma ajudariam a calar os que, em qualquer dos casos, não podiam contrapor as atrocidades perpetradas pelo colonialismo português, entre elas, as de 1953.

³⁸ Num regime ditatorial e nas circunstâncias de isolamento, como o vivido no arquipélago, as possibilidades de construir uma narrativa deturpada acerca da evolução do mundo e, em concreto, de África era imensa. Até por tal narrativa difusa, assente na constatação preconceituosa do atraso dos Africanos, parece não destoar da realidade. Os são-tomenses socialmente diferenciados, europeizados, católicos, proprietários, mesmo se afetivamente comprometidos com ideias de emancipação da *raça negra* escutadas aos progenitores, tinham dificuldades em contestar a vulgata do ideário do colono.

mal cercavam o arquipélago³⁹, um afortunado cadinho de paz, e ameaçavam o mundo. Inelutavelmente, a desgraça perfilava-se como o destino de quantos trilhavam o caminho do mal. Noticiava-se a desventura dos iludidos, como o nacionalista angolano Viriato da Cruz, ou o arrependimento atempado dos desenganados das promessas dos “terroristas” que de balde atentavam contra a soberania portuguesa. Procurando fomentar a unanimidade, denunciava-se o caminho do mal de que alguns se arrependiam a tempo⁴⁰.

Ao mesmo tempo em que se replicavam notícias, oriundas de Luanda, de conflitos e violências no MPLA⁴¹, não se mencionava o Comitê de Libertação de S. Tomé e Príncipe⁴², nem sequer para aludir a conflitos no seu seio – conducentes à criação em 1965 de um novo CLSTP, em Accra, patrocinado por N’krumah –, sobejamente conhecidos das autoridades. Por outras palavras, evitava-se sequer nomear ilhéus que, independentemente do sucesso ou insucesso da sua militância nacionalista, tinham rejeitado a sujeição colonial⁴³. Esta ocultação de factos relativos à colónia, visível por contraposição à exposição dos conflitos entre angolanos, denota a tentativa de rasurar a oposição local. Tal também equivalia à negação de barreiras internas, comumente associadas ao colonialismo, que, repetimo-lo, se pretextava inexistir nos territórios de soberania lusa.

Ao invés de má política existia, sim, administração preclara de cujo andamento o jornal se fazia eco. Só se dava nota de eventuais demandas políticas e sociais por instigação (caso das críticas aos roceiros no tempo de Gorgulho) ou consentimento dos governadores (caso da reclamação

³⁹ Como hipótese de trabalho adiante-se que, para um grupo assaz restrito, emissões dos independentistas poderão ter quebrado o monopólio da propaganda colonialista. Mas daqui não decorria necessariamente um avultar do sentimento nacionalista, a que não devem ser reduzidas rivalidades com os colonos. Afinal, o assunto principal da interação social de rua poderia ser outro, porventura as vidas pessoais e familiares que dificilmente escapavam ao escrutínio alheio.

⁴⁰ Coteje-se, por exemplo, as declarações de um ex-dirigente da Frelimo in *A Voz de S. Tomé*, n. 985, 23 de março de 1971, p. 1 e 3.

⁴¹ Entre vários artigos deste tipo, veja-se, por exemplo, *A Voz de S. Tomé*, n. 741, 28 de maio de 1966, p. 12 e 15.

⁴² Em 1962, num artigo sobre as organizações independentistas ouvidas no inquérito respeitante aos territórios sob administração portuguesa, mencionou-se o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe (*A Voz de S. Tomé*, n. 552, 22 de setembro de 1962, p. 1-2). Subsequentemente, não se terá aludido mais ao CLSTP, nem sequer para o denegrir.

⁴³ O jornal não se deteve na prisão em Lisboa pela PIDE, polícia política do regime ditatorial, de mais uma dezena de são-tomenses, entre os quais Alda do Espírito Santo, por suspeita de actividades subversivas contra a soberania portuguesa. As prisões, que duraram meses, foram conhecidas na ilha de São Tomé sem aparentemente suscitar qualquer sobressalto digno de menção. Tal circunstância dá nota do ambiente político no arquipélago, no qual preponderavam o receio e o alheamento da política; a este respeito, ver Augusto Nascimento, “Alda do Espírito Santo, a distinção social, a militância política e a tristeza” (entregue para publicação).

da instalação da luz elétrica no estádio, uma demanda de progresso a que o governo se decidira a corresponder). Tendia a resumir-se a política à luta entre o bem e o mal, perspectiva desde cedo presente nas menções redutoras e distorcidas a insurgências africanas⁴⁴, animadas pelo mal e, sub-repticiamente, pela barbárie. Nesta ótica, o jornal suscitava e noticiava a (pretensa) unanimidade da sociedade são-tomense contra os “terroristas”, contra o manifesto da oposição de 1965 sobre o ultramar⁴⁵ e, ainda, as manifestações em Londres, em 1973, adversas a Marcelo Caetano⁴⁶.

Apesar de ser um órgão oficioso – publicando orçamentos, discursos, atas de sessões da Câmara e do Conselho Legislativo, além de alguns artigos doutrinários que poucos leriam –, por falta de integração política da população, que as manifestações arregimentadas não desmentiam, o jornal não cumpria o suposto fim de ser veículo de comunicação entre governantes e governados. Em 1970, tinham passado anos desde que, por causa da guerra nas demais colônias, se lançara um programa de desenvolvimento e de assistência social que, de alguma forma beneficiando os colonizados, maquilhara a dominação colonial. Nas ilhas, por força do desempenho assistencialista e da proximidade da presença do governador Silva Sebastião, como que se dissipara algum do ressentimento devido não só à situação colonial propriamente dita como o ainda remanescente dos trágicos eventos de 1953. Por paradoxal que pareça, a contenção imposta pela ditadura num exíguo espaço insular permitia ao regime colonial tornar-se algo atípico. Por outras palavras, sem prejuízo da subsistência de lógicas de exclusão que, interiorizadas pelos colonos, não retrocediam em razão de meros enunciados políticos oriundos da distante metrópole, oficialmente já não se prescreviam posições sociais referidas à cor da pele, como o denotava o início da escolarização massiva, nem se controlavam trajetórias de vida ou o quotidiano de pessoas que não pusessem em causa o laço colonial.

Contudo, e a despeito da distensão política e social, crescente ao longo da década de 1960, iniciativas de cariz administrativo ainda eram passíveis de receios e mal-entendidos. Para preveni-los, pouco antes do

⁴⁴ Veja-se uma menção à revolta dos Mau-Mau (ver *A Voz de S. Tomé*, n. 87, 11 de dezembro de 1952, p. 4), depois, e como muitas outras, sem continuidade noticiosa.

⁴⁵ *A Voz de S. Tomé*, n. 712, 23 de outubro de 1965, p. 1 e 3.

⁴⁶ Em 1973, o governador, a Assembleia Legislativa e a Junta Consultiva protestaram contra a campanha da imprensa inglesa. Previsivelmente, a 18 de julho, a população de São Tomé manifestou ao chefe da província o “desagrado perante as insidiosas calúnias contra nós lançadas”, cf. *A Voz de S. Tomé*, n. especial, 16 de julho de 1973, p. 28 e n. 1097, 24 de julho de 1973, p. 1.

recenseamento da população, a ter lugar à 0 hora do dia 30 de setembro de 1970, *A Voz de S. Tomé* inseriu a declaração taxativa de que os “dados recolhidos não podem servir de base ao lançamento de quaisquer contribuições ou impostos”⁴⁷. Na verdade, num contexto de disjunção social, que os agentes do colonialismo convenientemente explicavam pela idiossincrasia esquiva dos nativos, alegadas perturbações nas operações de recenseamento mostram que o jornal era de pouca valia para contrariar a desconfiança e mais sentimentos devidos à apartação de parte substancial dos ilhéus da vida coletiva. Ao invés do palavreado do regime, não bastava proclamar no jornal que a *Província não é mais do que uma família grande*⁴⁸.

Num artigo eivado de um já desusado racismo – que obriga a inferir que se tinha por adquiridos o conformismo e a anuência dos ilhéus –, o jornal referiu-se à morte de Amílcar Cabral, que trocara a Pátria Portuguesa pela Pátria Marxista. Insinuava-se que ser assassinado era o desfecho de quantos se tornavam incómodos à consecução dos “sinistros objetivos”, pressupõe-se, comunistas. A morte trágica era o corolário das doenças revolucionárias. Afinal, almejando a independência, os países africanos não logravam ser independentes dos interesses inconfessáveis do bloco comunista. Citando-se Marcelo Caetano, dizia-se que Portugal não podia entregar os seus territórios às “mãos dos ódios incontroláveis que traçam o futuro negro, à imagem e semelhança, do figurino de Moscovo e de Pequim”⁴⁹. Atenta a despolitização de parte substancial da população, mais do que eficaz ou ineficaz, esta propaganda seria, sobretudo, inútil. Não necessariamente por ser rechaçada, mas por se referir a algo de remoto, como o eram o comunismo e Moscou quando não representassem a corporificação do mal.

Tal como as manifestações, ditas espontâneas, de apoio ao regime, esta propaganda não modelava, nem a favor nem contra o regime, as afeições dos ilhéus, pautadas, sobretudo, por necessidades e desejos de um quotidiano corriqueiro e, presume-se, conforme ao que eles considerariam a ordem natural do mundo. Nas ilhas, onde dificilmente se equacionava qualquer mudança política, se algo abonava o regime e os seus argumentos era menos a respectiva substância do que o fato de a elite local – incluindo indivíduos perseguidos em 1953 – participar nos órgãos e nas solenidades locais sob a batuta das autoridades. Por isso, quando da visita do presidente Tomás à ilha do Príncipe em 1964,

⁴⁷ *A Voz de S. Tomé*, n. 955, 22 de agosto de 1970, p. 5.

⁴⁸ *A Voz de S. Tomé*, n. 1038, 25 de abril de 1972.

⁴⁹ *A Voz de S. Tomé*, n. 1074, 30 de janeiro de 1973, p. 1.

o jornal podia asseverar que ao “clamor patriótico” não subjazera “o mais leve condicionalismo”⁵⁰. Circunstancialmente, podia ser verdade, conquanto o regime usasse a adesão popular circunstancial para tentar fazer esquecer a existência de colonialismo ou de uma ditadura, tese em abono da qual o regime ainda podia evocar o seu sufrágio nas urnas.

A par da ênfase em medidas benéficas para os assalariados⁵¹, incluindo europeus⁵², os derradeiros anos do colonialismo trouxeram a propaganda – assente nas notícias sobre a inauguração de luz elétrica ou de chafarizes nas vilas, provavelmente fatos de maior impacto do que o aumento do produto *per capita* – destinada à conquista dos corações dos colonizados. Ao longo de anos, os colonos tinham-se treinado nesse exercício dúplice.

Nesses anos, as maiores dificuldades dos colonialistas tinham menos a ver com a rala e contida oposição à *situação* do que com a dificuldade de enquadrar o progresso e as novidades, noções portadoras de uma subliminar carga política que tendia a questionar a modorra local durante decênios induzida pelo conservadorismo do regime ditatorial. Justamente, a maior incomodidade proviria da crescente liberdade de costumes, em suma, de novidades sem as quais não se conquistava a adesão política dos ilhéus, conquanto elas contradissem a moral deduzida do natural ordenamento social na colônia, onde a inescapável contiguidade e a forçosa interação pessoal pareciam tornar mais necessária a preservação simbólica de barreiras sociais.

Notas finais

A respeito do jornal *A Voz de S. Tomé*, diremos ser muito difícil tecer uma visão sintética que não se torne redutora. A síntese possível talvez seja a de que o impacto do jornal foi mínimo, em congruência com o paupérrimo ambiente cultural nas ilhas.

⁵⁰ *A Voz de S. Tomé*, n. 651, 22 de agosto de 1964, p. 1.

⁵¹ Em 1966, escreveu-se-ia que a assinatura de um contrato coletivo de trabalho, o primeiro na Província, constituía um marco histórico a honrar as cerimônias do XL aniversário da Revolução Nacional, cf. *A Voz de S. Tomé*, n. 770, 31 de dezembro de 1966, p. 1-2 e 6.

⁵² Em 1957, o jornal aplaudiu a demonstração de interesse por quem trabalhava, concretamente, a implementação da semana-inglesa, não sem lamentar a sujeição dos empregados. Em vez de os beneficiar, a semana-inglesa estava a prejudicá-los, porquanto eram obrigados a trabalhar de porta fechada (*A Voz de S. Tomé*, n. 281, 6 de abril de 1957, p. 1 e n. 286A, 11 de maio de 1957, p. 4, respectivamente). A epígrafe “O Luar segredou...” era significativa quer do descaso das leis, quer da rarefeita opinião pública. O jornal lamentaria que estabelecimentos de comércio, a título de benemerência, admitissem europeus ao serviço, não lhes pagando pelo trabalho e considerando-se desquitados por lhes darem de comer.

Noutras colônias, a imprensa, devidamente recheada de imagens, contribuiu para uma consciência nacional, de que a mentalidade colonial era uma parte importante. Noutras paragens, notícias e fotografias da terra mescladas com as da metrópole eram usadas para incutir uma pertença nacional tendente a iludir a questão colonial.

No arquipélago, o jornal, que décadas a fio não se demarcou de um guião institucional, pouco acrescentou ao que o espaço público eventualmente discutiria em surdina. Desenraizados e dispersos, os europeus alheavam-se da política para evitar os constrangimentos do desemprego, não tendo, aliás, por que se empenhar numa terra com que não se identificavam. Aos ilhéus diferenciados, só tardiamente se proporcionou o desfrute de menções, fotos ou opinião no jornal, através do que se poderia ter aprofundado o apego afetivo à metrópole. Em suma, é difícil ter uma ideia precisa do peso do jornal na modelação das consciências e, principalmente, das afeições dos são-tomenses.

No tocante às consequências políticas da hegemonia do cinzentismo na atividade jornalística, repise-se que a política da Ditadura e do Estado Novo cortou uma tradição de dezenas de anos de imprensa militante, livre e cáustica, impondo o silenciamento das opiniões dissonantes de ilhéus e de europeus. E, importa lembrar, os condicionalismos legados pelo colonialismo facetaram a senda do país após a independência.

Enquanto instrumento da ditadura, ao ter fomentado a opacidade e amputado as perspectivas políticas, *A Voz de S. Tomé* serviu para privar o grosso dos ilhéus de ferramentas de reflexão sobre o mundo, tornando-os, assim, mais vulneráveis à ascendência de quem, após o 25 de abril, manipulava com aparente à vontade o novo léxico político, pressupostamente talhado para reger o futuro do arquipélago e do mundo.

Com efeito, a configuração do espaço público mediático no regime colonial de feição ditatorial condicionou o pós-independência. Após 1975, a reincidência nos métodos de imposição do monolitismo ao jornal oficial, tão dúplice quanto no período colonial, não foi só uma decorrência da situação precedente (na medida em que a sociedade desaprendera de lutar contra a imposição do unanimismo, a que se habituara), foi, igualmente, uma escolha conveniente para a preservação do poder na cúpula do MLSTP.

Tal como no colonialismo, e ainda que sob a aparência da mudança radical do cenário político, o voluntarismo dos dirigentes independentistas conduziu à imposição da continuidade de processos e de objetivos à imprensa no arquipélago. Do tempo colonial para o

pós-independência, entre *A Voz de S. Tomé* e o *Revolução*, publicado após a independência, são variados os pontos de contato, malgrado a substituição dos símbolos. O *Revolução* era um jornal do Estado, censurado, monolítico e devotado a realçar os atos dos governantes.

Apesar de situado num quadrante político antagônico ao de *A Voz de S. Tomé*, também o jornal *Revolução* serviu para manter o isolamento, cultivando a opacidade. A leitura do mundo vazada no *Revolução* não era menos monolítica do que a do seu predecessor. Ora, e tal como a espaços sucedera na era colonial, com isso fortaleceu-se a prevalência dos boatos e da *rádio boca-a-boca*, que ajudou a corroer a confiança dos são-tomenses nos seus dirigentes.

Referências

ANUÁRIO Estatístico – 1973. S. Tomé: Instituto Nacional de Estatística. Delegação de S. Tomé e Príncipe, 1973.

GARCIA, Luís Lima. *Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo*: da Agência Geral das Colónias à Agência Geral do Ultramar 1924-1974. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011.

GORGULHO, Carlos de Sousa. *Relatório anual. Ano 1945*. S. Tomé: Imprensa Nacional de S. Tomé, 1946.

GONÇALVES, José Júlio. A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe in Cabo Verde. Guiné. São Tomé e Príncipe. Lisboa: ISCSPU, 1965.

NASCIMENTO, Augusto. A sedição de 1931 em S. Tomé in *História* n. 1 (Nova Série). Lisboa, 1998.

_____. *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

_____. *Entre o mundo e as ilhas*. O associativismo são-tomense nos primeiros decénios de Novecentos. São Tomé: UNEAS, 2005.

OLIVEIRA, João Nobre de. *A imprensa cabo-verdiana 1820-1975*. Macau: Fundação Macau, 1998.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa. *A economia de S. Tomé e Príncipe*. Lisboa: IICT, 1993.

Periódicos:

A Voz de S. Tomé, S. Tomé, 1947-1974 (propriedade da Delegação da União Nacional de S. Tomé).

O Trabalho, S. Tomé, 1933-1934 (propriedade da Associação dos Empregados do Comércio e Agricultura).